



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

REQUERIMENTO Nº , **DE 2022**

(Do Sr. ELIAS VAZ)

Requer a realização de Auditoria, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), com foco na apuração da legalidade e legitimidade dos gastos realizados por meio dos **Cartões de Pagamento do Governo Federal (CPGF) sigilosos** da Presidência da República nos meses de agosto, setembro e outubro de 2022, diante de seu aumento expressivo durante o período eleitoral.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 24, inciso X do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a V. Ex^a a realização de Auditoria, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, com foco na apuração da legalidade e legitimidade dos gastos realizados por meio dos Cartões de Pagamento do Governo Federal (CPGF) sigilosos da Presidência da República nos meses de agosto, setembro e outubro de 2022, diante de seu aumento expressivo durante o período eleitoral.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 09 de outubro de 2022, o Portal da Transparência do Governo Federal foi atualizado. Foram acrescentados os valores das despesas contratadas por meio dos Cartões de Pagamento do Governo Federal (CPGF). Dentre estes, estão os gastos com os polêmicos cartões sigilosos usados pela Presidência da República.

Apresentação: 10/11/2022 13:49:59.663 - CFFC

REQ n.121/2022



* C D 2 2 3 5 5 6 4 3 4 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

O valor gasto com os cartões sigilosos da Presidência da República nos causou perplexidade, pois o montante total apresentado até o dia 08 de novembro foi de **R\$ 22.751.636,53 (vinte e dois milhões, setecentos e cinquenta e um mil, seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta e três centavos)**.

Houve um aumento importante nos meses de agosto, setembro e outubro (período eleitoral), pois somente nesses três meses a Presidência gastou **R\$ 9.188.642,20 (nove milhões, cento e oitenta e oito mil, seiscentos e quarenta e dois reais e vinte centavos)**. Uma média de R\$ 3 milhões por mês.

O volume dos gastos apresentados nos últimos três meses catapultou o montante anual de 2022, que apresentou o maior montante desde 2016. Veja-se.

ANO	VALOR GASTO
2016	12.438.023,20
2017	10.289.744,68
2018	11.030.925,97
2019	14.889.017,90
2020	19.188.856,91
2021	18.894.115,68
2022 - ATÉ DIA 08 DE NOVEMBRO	22.751.636,53

Como visto acima, registra-se que o ano de 2022 ainda não terminou, porém já contém o maior volume de gastos sigilosos nos últimos seis anos. Já é possível afirmar que Jair Messias Bolsonaro é o presidente que mais realizou gastos sigilosos, embora fosse um crítico desse tipo de despesa quando ainda era Deputado Federal.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Para demonstrar o tamanho da discrepância nos valores desse tipo de despesas nos últimos três meses, a média mensal dos gastos realizados no ano de 2021 foi de **R\$ 1.574.509,64 (um milhão, quinhentos e setenta e quatro mil, quinhentos e nove reais e sessenta e quatro centavos)**. Já a média mensal dos últimos três meses foi de **R\$ 3.062.880,73 (três milhões, sessenta e dois mil, oitocentos e oitenta reais e setenta e três centavos)**.

Veja-se a tabela com as médias.

MÉDIA POR PERÍODO	VALOR
MÉDIA MENSAL ANO DE 2021.	1.574.509,64
MÉDIA MENSAL DE AGOSTO, SETEMBRO E OUTUBRO.	3.062.880,73
PERCENTUAL DE AUMENTO	108%

Para averiguar a legalidade e legitimidade dessas despesas, o trabalho de auditoria deverá apurar, sem prejuízo dos questionamentos e apurações típicos dos processos de auditoria, os seguintes fatores:

Como base nas médias mensais apresentadas no ano de 2021, qual a natureza dos gastos que apresentaram discrepantes em relação à média anterior, alimentação, hospedagem, segurança, passagens aéreas etc?

Houve um quantitativo maior de pessoas acompanhando o presidente nesse período?

Os gastos realizados coincidiram com as agendas de campanha?





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Houve locação de veículos e serviços que não foram contratados nos meses anteriores, ou seja, surgiram necessidades novas nesse período?

Houve gastos que podem ser caracterizados como típicos da promoção de eventos públicos?

Houve aumento dos gastos com locações de veículos e passagens aéreas?

Houve despesas que podem ser consideradas como gastos voltados à campanha eleitoral?

Qual é a justificativa técnica para que a média tenha aumentado 100%?

Diante dessa explosão de gastos no período eleitoral, é preciso que o TCU realize uma auditoria para que a legalidade e legitimidade dessas despesas sejam atestadas.

Ante ao exposto, o presente requerimento é necessário para a fiscalização econômico-financeira.

Sala das Sessões, em de novembro de 2022.

ELIAS VAZ

Deputado Federal – PSB/GO

